

# UMA NOVA ALIENAÇÃO PARENTAL TRANSNACIONAL? A CRIMINALIZAÇÃO DO ABDUTOR E A PRÁTICA DOS ESTADOS NO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

---

*A NEW TRANSNATIONAL PARENTAL ALIENATION?  
THE CRIMINALIZATION OF THE ABDUCTOR AND THE PRACTICE  
OF STATES IN INTERNATIONAL CHILD ABDUCTION*

**ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS**

Livre-Docente e Doutor em Direito Internacional pela USP. Procurador Regional da República. Foi o primeiro Secretário de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral da República (2017-2019). Professor associado da Faculdade de Direito (Largo de São Francisco) da Universidade de São Paulo – USP. Professor titular e Coordenador do Mestrado Acadêmico do Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA. andredecarvalhoramos@gmail.com

**DIANA TOGNINI SABA**

Doutora e Mestre em Direito Internacional pela Faculdade de Direito (Largo de São Francisco) da Universidade de São Paulo – USP. Bacharel em Direito pela USP. *Assistant Legal Officer* junto ao Tribunal Penal Internacional – TPI. diana.saba11@gmail.com

Recebido em: 30.08.2022  
Aprovado em: 23.04.2023

**ÁREAS DO DIREITO:** Civil; Família e Sucessões; Internacional

**RESUMO:** O artigo visa estudar a criminalização do genitor envolvido na subtração internacional de crianças de acordo com a Convenção da Haia sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças de 1980, apresentando pesquisa sobre o uso do instrumento penal por Estados partes da referida Convenção e seus impactos no funcionamento do procedimento convencional, sendo exposto ainda tratamento da temática no ordenamento brasileiro. Para tanto, foram analisados relatórios fornecidos pelos Estados,

**ABSTRACT:** The article aims to study the criminalization of the parent involved in the international abduction of children according to the 1980 Hague Convention on the Civil Aspects of International Child Abduction, presenting research on the use of the criminal instrument by States Parties to the Convention and its impacts on the functioning of the conventional procedure. For this, reports provided by the States were analyzed, as well as technical documents prepared by both the Hague Conference on International

documentos técnicos elaborados tanto pela Conferência da Haia de Direito Internacional quanto pelos órgãos brasileiros encarregados de aplicar o referido tratado. Ademais, recorreu-se a extenso levantamento jurisprudencial para analisar o tema central do artigo. Conclui-se que a criminalização não contribui para os objetivos de celeridade na devolução do menor e proteção de seus interesses, conforme preconiza a convenção, contribuindo, então, apenas para a criação de uma alienação parental transnacional derivada. Ao final, apresenta também proposta de atuação da Autoridade Central do Estado para o qual a criança foi levada, para que seja impedida a criminalização do genitor abductor, caso esse queira acompanhar a criança devolvida ao Estado de sua residência habitual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sequestro internacional – Crianças – Convenção da Haia – Criminalização – Alienação parental.

Law and the Brazilian bodies in charge of applying the treaty. Furthermore, an extensive survey of jurisprudence was used to analyze the central theme of the article. The conclusion is that criminalization does not contribute to the objectives of speeding up the return of the minor and protecting his or her interests, as advocated by the convention, and therefore only contributes to the creation of a derivative transnational parental alienation. Finally, it also presents a proposal for the Central Authority of the State to which the child has been taken to act to prevent the criminalization of the abducting parent, should he or she wish to accompany the returned child to the State of his or her habitual residence.

**KEYWORDS:** International abduction – Child – Hague Convention – Criminalization – Parental alienation.

**SUMÁRIO:** Introdução. 1. A Convenção de 1980 e a alienação parental transnacional primária e derivada. 2. A pesquisa: a criminalização do abductor entre os Estados partes da convenção. 2.1. Delimitação da situação-problema. 2.2. Análise dos "country profiles", das respostas a questionários e da legislação estrangeira. 2.3. A questão migratória e a assistência jurídica aos estrangeiros. 2.4. E os tribunais e órgãos internacionais de direitos humanos?. 3. O direito brasileiro: a Lei 13.431/2017 e a alienação parental. 4. Punir criminalmente o abductor: prevenção ou alienação parental derivada?. 5. A remoção dos obstáculos e o papel da Autoridade Central. Conclusão. Referências.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo debruça-se sobre tema ainda pouco explorado da aplicação da Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (1980), que vem a ser a criminalização do abductor pelo Estado da residência habitual da criança, a qual dificulta seu convívio familiar após a devolução da criança abduzida.

Essa temática não foi regulada expressamente pela Convenção da Haia sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Criança, resultando em certa obscuridade sobre o real impacto da criminalização do abductor e os modos pelos quais os Estados que ordenam a devolução da criança podem reagir e evitar uma nova alienação parental transnacional (aqui denominada alienação parental transnacional derivada), uma vez que o genitor abductor sofrerá forte desestímulo de voltar a conviver com a criança, graças à criminalização do seu ato pretérito pelo Estado da guarda.

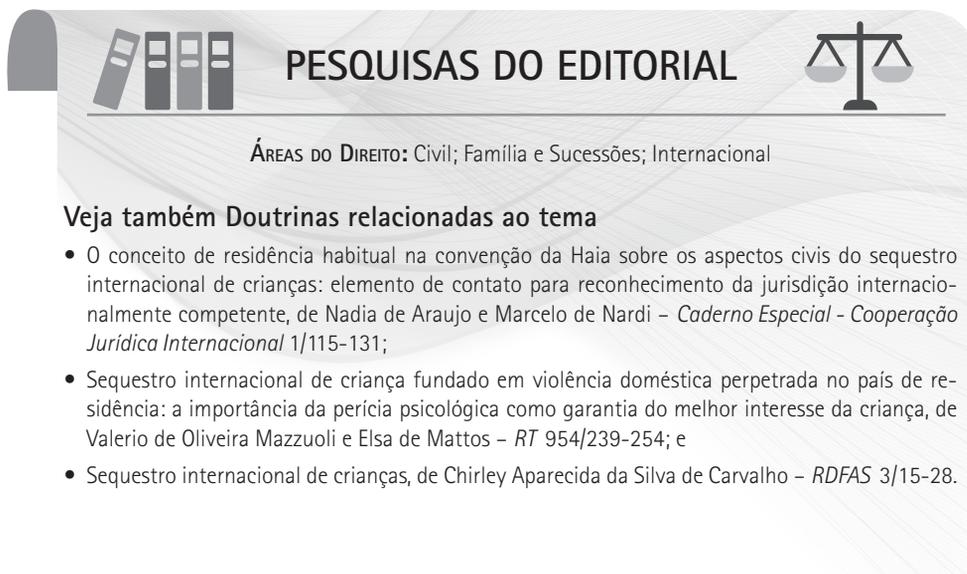
## REFERÊNCIAS

- ARCARO, Timothy L. Creating a Legal Society in the Western Hemisphere to Support the Hague Convention on Civil Aspects of International Child Abduction. *University of Miami Inter-American Law Review*, [s.l.], v. 40, n. 1, p. 109-138, out.-dez. 2008.
- BASSO, Maristela. Sequestro internacional de menores: o poder-dever do juiz brasileiro e a Convenção de Haia. *Revista Jurídica Consulex*, [s.l.], v. 357, n. 15, p. 34-35, dez. 2011.
- BEAUMONT, Paul; McELEVAY, Peter. *The Hague Convention on International Child Abduction*. New York: Oxford University Press, 1999.
- BEAUMONT, Paul; WALKER, Lara; HOLLIDAY, Jayne. *Conflicts of EU Courts on child abduction: the reality of Article 11(6)-(8) Brussels Iia proceedings across the EU*. Disponível em: [www.abdn.ac.uk/law/documents/CPIL\_Working\_Paper\_No\_2016\_1.pdf]. Acesso em: 12.04.2019.
- BEAUMONT, Paul R. The Jurisprudence of the European Court of Human Rights and the European Court of Justice on the Hague Convention on International Child Abduction. *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye*, [s.l.], v. 335, p. 9-104, 2008.
- BUCHER, Andreas. The new Swiss federal act on international child abduction. *Journal of Private International Law*, [s.l.], v. 4, p. 139-165, ago. 2008.
- CALVO CARAVACA, Alfonso-Luis; CARRASCOSA GONZÁLEZ, Javier. Globalización, Secuestro internacional de menores y convenios de Luxemburgo (1980) y La Haya (1980). *International Law: Revista Colombiana de Derecho Internacional*, [s.l.], v. 2, p. 165-195, dez. 2003.
- CARVALHO RAMOS, André de. *Curso de Direito Internacional Privado*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- CARVALHO RAMOS, André de. *Direito Internacional Privado: questões controversadas*. Belo Horizonte: Arraes, 2016.
- CASTRO, Isabella Silveira de; MENEIRO, Fernando Pedro. Tempo de tramitação do pedido de retorno e instrução probatória na aplicação da Convenção de Haia sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças: análise crítica à luz de pesquisa empírica de acórdãos nacionais e internacionais e material documental. *Revista Pensamento Jurídico*, [s.l.], v. 15, n. 3, p. 179-208, set.-dez. 2021.
- MARTONE, Angela. *La sottrazione dei minori tra normativa europea ed internazionale*. 2012. Tese (Doutorado) – Università degli Studi di Salerno, Salerno, 2012.
- MELO, Ana Cristina Corrêa de, JORGE, Mariana Sebalhos. A violência doméstica e familiar na aplicação da Convenção da Haia de 1980. *Revista Pensamento Jurídico*, [s.l.], v. 15, n. 3, p. 234-261, set.-dez. 2021.
- NOLDE, Boris. La codification du droit international privé. *Recueil de Cours de l'Académie de Droit International de La Haye*, [s.l.], v. 55, p. 299-432, 1936.

OVERBECK, Alfred E. von. La contribution de la Conference de La Haye au développement du droit international privé. *Recueil de Cours de l'Académie de Droit International de La Haye*, [s.l.], v. 233, p. 13-98, 1992.

PÉREZ-VERA, Elisa. Explanatory Report on the 1980 Hague Child Abduction Convention. In: *Acts and Documents of the Fourteenth Session (1980)*. S.l.: HCCA, 1982. t. III. Disponível em: [<https://assets.hcch.net/docs/a5fb103c-2ceb-4d-17-87e3-a7528a0d368c.pdf>]. Acesso em: 09.03.2022.

WEINER, Merle H. International Child Abduction and the Escape from Domestic Violence. *Fordham Law Review*, [s.l.], v. 69, p. 593-706, 2000.



**PESQUISAS DO EDITORIAL**

ÁREAS DO DIREITO: Civil; Família e Sucessões; Internacional

**Veja também Doutrinas relacionadas ao tema**

- O conceito de residência habitual na convenção da Haia sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças: elemento de contato para reconhecimento da jurisdição internacionalmente competente, de Nadia de Araujo e Marcelo de Nardi – *Caderno Especial – Cooperação Jurídica Internacional* 1/115-131;
- Sequestro internacional de criança fundado em violência doméstica perpetrada no país de residência: a importância da perícia psicológica como garantia do melhor interesse da criança, de Valerio de Oliveira Mazzuoli e Elsa de Mattos – *RT* 954/239-254; e
- Sequestro internacional de crianças, de Chirley Aparecida da Silva de Carvalho – *RDFAS* 3/15-28.